

CHEIKH ANTA DIOP, FILÓSOFO DA HISTÓRIA ¹

Jorge Henrique Almeida de Jesus

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a filosofia da História elaborada por Cheikh Anta Diop. Ao conceber a teoria dos dois berços de desenvolvimento da humanidade, Diop partiu do princípio de que a História se estruturou a partir de dois complexos civilizacionais polarmente opostos em sua organização familiar, instituições estatais e esquemas filosófico-morais. De um lado estava o berço setentrional, caracterizado pelo patriarcado, pelas cidades-Estado, pela moral da guerra e a ideia de pecado; do outro estava o meridional, marcado pelo matriarcado, pelo Estado centralizado e guiado pelos princípios de justiça e equidade. Desses berços de desenvolvimento emergiram as civilizações europeia e africana, bem como os conflitos que atravessaram a sua História.

Palavras-chave: Filosofia da História. Filosofia da História de Cheikh Anta Diop. Dois berços de desenvolvimento da humanidade. Europa. África.

Résumé: Le but de cette article c'est discuter la philosophie de l'histoire élaborée par Cheikh Anta Diop. Lors de la conception de la théorie des deux berceaux de l'humanité, Diop a pensé que l'Histoire avait se structuré a partir de deux complexes civilisationnels diametralement opposées dans ses organisations familiales, institutions étatiques et schémas philosophique-morales. D'une côté a été le berceau septentrionale, caractérisé par le patriarcat, les État-cité, la morale de la guerre et l'idée de peché ; de l'autre côté a été le berceau méridional, caractérisé par le matriarcat, l'État centralisé et guidée par les principes de justice et equité. De ces deux berceaux de développement a émergé les civilisations européenne et africaine, de la même façon que les conflits qui ont traversé leur Histoire.

Mots-clés : Philosophie de l'Histoire. Philosophie de l'Histoire de Cheikh Anta Diop. Deux berceaux de développement de l'humanité. Europe. Afrique.

Este artigo é apêndice da monografia do autor, com as seguintes referências:

JESUS, Jorge Henrique Almeida de. **O Despertar da África:** As ideias historiográficas e políticas de Cheikh Anta Diop. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

INTRODUÇÃO

Cheikh Anta Diop é considerado um dos pais fundadores da historiografia africana e um dos pensadores canônicos do Renascimento Africano. No entanto, alguns estudiosos tem defendido a tese de que ele não foi apenas um historiador ou intelectual pan-africanista, e sim filósofo da História.¹⁵ Para além de escrever a história da África, ele refletiu sobre o sentido da História da humanidade, suas causas e seus efeitos.

Tendo como objetivo discutir a filosofia da História de Cheikh Anta Diop, organizamos este artigo do seguinte modo: primeiro realizamos uma discussão teórica sobre o conceito de filosofia da História. Por fim, discutimos os aspectos internos da reflexão diopiana sobre o sentido do processo histórico.

O QUE É FILOSOFIA DA HISTÓRIA?

A filosofia da História é definida como um conjunto de reflexões sobre o sentido da História e o futuro da humanidade. Segundo José Nicolao Julião, ela admite três acepções que se distribuem por três grandes períodos na história do pensamento (ocidental): em primeiro lugar vem a Filosofia da História Teológica, também chamada de Providencial; em seguida a Filosofia da História Metafísica, ou Especulativa; e, por fim, a Filosofia Crítica da História, igualmente chamada de Epistemologia ou Teoria da História (JULIÃO, 2010, p. 237).

O que assinala as diferenças entre cada uma das filosofias da História é a concepção do motor da História, isto é, a causa motriz do processo histórico. Para a Filosofia da História Teológica, o motor da História era extrínseco à humanidade e se identificava à atuação divina. Essa visão do processo histórico é tributária de Santo Agostinho e da noção de tempo formulada pelo cristianismo.

Na modernidade, com a valorização do racionalismo e a emergência do movimento iluminista, coloca-se em xeque a autoridade divina sobre a História. Mais precisamente a partir do final do século XVIII, se afirma a Filosofia da História Metafísica, que tem na *Filosofia da História* de Hegel o seu símbolo. Com Hegel, o motor da História deixou de ser uma força externa à humanidade, Deus, para ser intrínseco. Doravante, o que determina o

¹⁵ Ver : FOGOU, Anatole. “Histoire, conscience historique et devenir de l’Afrique: revisiter l’historiographie diopienne” in : FMSH-WP-2014-60. 2013; SALL, Babacar. « Histoire et conscience historique : de la philosophie de l’histoire dans l’oeuvre de Cheikh Anta Diop » in : Présence Africaine, 1989/1 (n° 149-150).

processo histórico é a vontade, a razão e a liberdade. Estes três fatores constituem, diga-se de passagem, o que ficou conhecido como idealismo alemão, ou seja, a ideia de que a História é determinada pelo Espírito, e não pelas condições materiais de existência, a economia, como seria o caso a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, os pais do materialismo histórico.

No século XIX, é a vez da Filosofia Crítica da História entrar em cena. Além de trazer novas reflexões sobre o sentido do processo histórico (objeto do conhecimento), essa Filosofia se caracterizou pela ênfase na análise epistemológica do conhecimento científico da história. Para ela, o processo histórico seria o resultado de fatores primordialmente materiais e antropológicos, já a ciência histórica consistiria na narrativa dos acontecimentos do passado de forma clara e objetiva, com base em documentos verdadeiros. Um dos pioneiros dessa tendência é Leopold von Ranke que, sob a influência do positivismo de Auguste Comte, pretendia apresentar os fatos históricos tal como haviam ocorrido.

A análise comparativa das três filosofias da História acima apresentadas permite perceber que a ruptura mais profunda se deu entre a teológica, de um lado, e a metafísica e a crítica, do outro. Enquanto na primeira a autoridade divina é a razão de ser da História, na segunda e na terceira os fatores determinantes do processo histórico passam a residir no próprio homem. Por essa razão, aquela já foi chamada de “pré-história” da Filosofia da História, cabendo às outras duas o status de filosofias reflexivas propriamente ditas.

Se são claras as discontinuidades entre a primeira e as duas outras filosofias da História, o mesmo não se pode dizer quando o assunto é a ruptura da terceira em relação a segunda. Em geral, costuma-se enfatizar as discontinuidades entre elas, porém há quem opte por destacar as permanências. O já citado José Nicolao Julião defende a tese de que apesar das fortes críticas dirigidas pelos historiadores da Filosofia Crítica da História à Metafísica, eles não lograram se desvencilhar totalmente do hegelianismo.

[...] o surgimento das Teorias da História características do século XIX não eliminou por completo alguns pressupostos metafísicos que fundamentavam as filosofias da história tradicionais e até, pelo contrário, se nutriu deles para lançar as bases da epistemologia das ciências históricas que possibilitou, então, no século seguinte, o renascimento das Filosofias da História em suas diversas variações (JULIÃO, 2010, p. 236).

Estas considerações sobre a filosofia da História permitem perceber que a mesma se baseia exclusivamente na história do pensamento ocidental. Esse particularismo que se

pretendeu por muito tempo universal está intimamente associado ao eurocentrismo e a concepção reducionista da História como sendo um fenômeno eminentemente ocidental.

Ao traçarmos este panorama nos baseamos essencialmente na análise de Julião, que considera o idealismo alemão como o marco fundador da filosofia da História, em contraste com a sua fase teológica anterior, considerada como a sua “pré-história”. É interessante destacar que Hegel, considerado o filósofo da História por excelência, é o mesmo que escreveu que “A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”, e que os povos negros “são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje.” (HEGEL *apud* FAGE, 2010, p. 8). Sabendo disso, cabe levantar a seguinte questão: a metafísica de Hegel estabelece uma ruptura com a filosofia da História *lato sensu* ou com a filosofia da História Ocidental *stricto sensu*? O critério do motor extrínseco (divino) ou intrínseco (metafísico em um caso, material e antropológico no outro) da História é o melhor critério para a análise das rupturas nesse domínio?

Defendemos a tese de que esse critério é eurocêntrico, se não o é por princípio o é em suas consequências, e não leva em consideração a historicidade dos povos não europeus, a exemplo dos negro-africanos situados ao Sul do Saara. Como alternativa, propomos que a análise das rupturas na filosofia da História leve em consideração o seguinte critério: a capacidade do filósofo da História em inserir toda a humanidade no processo histórico. Desse modo superamos o eurocentrismo e evitamos incorrer em outras formas de etnocentrismo.

Desde já uma constatação se impõe: Hegel está longe de representar uma ruptura quando o assunto é a historicização da humanidade. Em que contexto histórico se deu tal historicização? A qual filósofo da história podemos atribuir uma reflexão desse gênero?

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE CHEIKH ANTA DIOP

A filosofia da História de Cheikh Anta Diop, assim como todas as demais, não é inédita em sua integralidade e sim herdeira de outras tradições de pensamento. No que concerne à causalidade histórica, Diop bebeu da fonte marxista ao creditar à economia um papel preponderante na ativação do processo histórico. No que tange ao tempo histórico, Diop o compreendia como um fenômeno linear, o que demonstra a sua dívida com a tradição judaico-cristã na qual o tempo é visto como uma sucessão de eventos com início, meio e fim. Não obstante a essas permanências, a filosofia da História diopiana contém reflexões inéditas

e representa uma ruptura com as filosofias anteriores quando o assunto é a inclusão da humanidade como um todo no processo histórico.

Os dois berços de desenvolvimento da humanidade: Norte *versus* Sul, Europa *versus* África

A história da África escrita por Cheikh Anta Diop é, antes de mais nada, a história da humanidade em seus primórdios. Sua escala é intercontinental, e não regionalista.¹⁶ Isso fica claro quando analisamos a teoria dos dois berços de desenvolvimento da humanidade.

Do mesmo modo, essa é uma história comparativista por excelência. Em um polo está o berço setentrional e a Europa, sua herdeira direta; no outro está o berço meridional, antepassado da África.¹⁷ Se em *L'unité culturelle de l'Afrique Noire: Domaines du patriarcat e du matriarcat dans l'Antiquité Classique*, é defendida a hipótese de que a humanidade conheceu na antiguidade dois grandes berços de desenvolvimento diferentes, em *L'Afrique Noire Précoloniale: Étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique Noire, de l'Antiquité à la formation des États modernes*, é demonstrada a longa duração das diferenças estruturais entre os dois continentes.

Segundo Diop, toda a raça humana teve a sua origem na África Oriental há mais de 150 mil anos e foi a partir dessa região que os outros continentes foram povoados. Com o estabelecimento e a adaptação do homem em regiões de climas diferenciados, a matriz negra se diferenciou e deu origem aos povos de pele branca e amarela. Trata-se da teoria monogenética e africana da humanidade, sustentada pelas descobertas arqueológicas realizadas ao longo do século XX e que em sua maioria apontavam a África como o berço da humanidade.

Para Diop, a grande virada na história da humanidade começou com a chegada do homem no hemisfério Norte. Nas estepes euroasiáticas se formaram os povos indo-europeus,

¹⁶ O caráter generalista da historiografia diopiana já havia sido notado por Boubacar Barry. Segundo ele, Diop representa a primeira geração de historiadores da Escola de Dacar, marcada pela afirmação da historicidade da África em contraposição aos pressupostos a-históricos que guiavam os estudos etnológicos sobre o continente. Para além do Egito faraônico, Diop negligenciou os estudos monográficos, o que o afastou das especificidades regionais e das fontes orais africanas. Ver BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Tradução: Angela Melim. Rio de Janeiro: SEPHIS/CEAA, 2000.

¹⁷ É importante destacar que Diop, quando se refere à Europa antiga, tem como referência Grécia e Roma, e quando se refere à África antiga se baseia no Egito e no Sudão Meroítico (vale do Nilo). Quando a referência é a África pré-colonial, abarcando os períodos antigo e medieval, o autor se baseia principalmente no vale do Nilo e na África Ocidental.

também chamados de arianos. Situados em um ambiente hostil à sedentarização, esses povos foram impelidos pelas condições materiais de existência ao nomadismo, ao tribalismo e ao expansionismo. Lutar por territórios férteis seria o seu principal meio de sobrevivência. Nesse cenário, desenvolveu-se o espírito guerreiro e a valorização do homem, elemento ativo da sociedade, em detrimento da mulher, elemento passivo. As sociedades guerreiras deram origem ao patriarcado, denominador comum do berço de desenvolvimento setentrional.

A parcela da humanidade que permaneceu na África Oriental povoou o vale do Nilo, onde a abundância de recursos agrícolas, minerais e animais possibilitou a fixação do homem ao solo. Milênios antes da Era Cristã se desenvolveu o cultivo de cereais no vale, e surgiram as primeiras civilizações do mundo: o Sudão meroítico e o Egito faraônico. O resto da África ainda não havia sido povoado; isso só ocorreria na época tardia (primeiro milênio a. C.).¹⁸ Como consequência social da economia agrícola, onde a mulher desempenha ao lado do homem papel central, desenvolveu-se o matriarcado, que constitui a unidade cultural do berço de desenvolvimento meridional.

Entre a Europa e a África se constituiu na antiguidade uma zona mista, marcada pelas influências de ambos os berços de desenvolvimento: trata-se da Ásia Ocidental, que compreendia a Arábia, a Fenícia, a Índia e a Mesopotâmia. Os povos dessa região teriam se formado a partir do encontro de populações negroides e caucasoides, e da mistura de elementos do matriarcado e do patriarcado nasceram as suas estruturas familiares, marcadas pela mescla dos dois regimes anteriores.

As diferenças entre o Norte e o Sul iam além da estrutura familiar (patriarcado *versus* matriarcado). Elas se manifestavam igualmente na organização do Estado, na concepção de realeza e nos sistemas filosóficos e morais.

Para Diop, foi entre as sociedades meridionais que se desenvolveu o Estado centralizado, sendo o Egito faraônico o seu principal expoente. Sua criação é explicada com base na hipótese causal hidráulica¹⁹, de acordo com a qual a centralização política teria decorrido da necessidade de uma instituição que coordenasse a realização de obras públicas,

¹⁸ Segundo Diop, a formação das atuais etnias africanas é relativamente recente. A África Ocidental foi povoada através de sucessivas ondas migratórias oriundas do vale do Nilo a partir do século V a. C. Dados linguísticos, etnológicos e toponímicos, além da tradição oral, atestam a procedência nilótica dos povos oeste-africanos, a exemplo dos laobê, tuculor e iorubá. Em épocas mais remotas, essa região só havia conhecido a presença dos pigmeus. DIOP, Cheikh Anta. *L' Afrique Noire Précoloniale*. Paris: Présence Africaine, 1987. Pp. 201-202.

¹⁹ Não poderemos nos aprofundar neste assunto, mas indicamos desde já ao leitor que a hipótese causal hidráulica não é mais aceita como a causa da centralização política no mundo antigo. A esse respeito, ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

como a construção de diques e barragens, tendo em vista o controle dos fenômenos da natureza, como as cheias do Nilo, e a produtividade agrícola. O Estado centralizado teve como corolário o desenvolvimento do cosmopolitismo e da xenofilia.

As sociedades setentrionais, ao contrário, no começo de suas trajetórias deram origem às cidades-Estado, como em Roma, ou às pólis, como na Grécia. Elas repousavam sobre o tribalismo característico dos povos indo-europeus, e perpetuaram em maior ou menor medida os seus particularismos. No século V, em plena democracia ateniense, só era considerado cidadão de Atenas quem nascia *in lócus*. Ele perdia todos os seus direitos políticos se estivesse em Esparta ou em qualquer outra pólis, mesmo sendo todas elas parte da Grécia. Ao invés do cosmopolitismo e da xenofilia, essas sociedades particularistas se caracterizaram pelo patriotismo e pela xenofobia. Só tardiamente e sob a influência africana, notadamente egípcia, elas chegaram à noção de Estado territorial reunindo diversas cidades²⁰.

Para Diop, no plano filosófico e moral as sociedades setentrionais são pessimistas. Dialogando com Nietzsche, defende que elas se baseiam nas noções de pecado e criminalidade eficazes. Nesse ínterim, a mitologia grega se equipara à hebraica. Na primeira Prometeu é acorrentado após roubar o fogo dos deuses e dá-lo aos humanos; na segunda, Adão e Eva são expulsos do Jardim do Éden ao desobedecerem a ordem de não comer do fruto proibido. Do mesmo modo, nas mitologias germânica e grega há uma transposição dos crimes, violências e intrigas do plano terrestre para o celeste. Não eram os homens justos que podiam entrar no Valhala germânico ou nos Campos Elíseos gregos, e sim os guerreiros mortos em campo de batalha.

Por outro lado, os povos africanos, desde o Egito antigo até os dias de hoje, jamais desenvolveram concepções morais ou metafísicas duradouras sobre bases pessimistas. No Tribunal de Osíris, a balança dos deuses Tot e Anúbis era o símbolo supremo da equidade. A realidade cotidiana era idealizada e transposta para a vida além-túmulo. Devido à vida sedentária, os ideais de paz e de justiça prevaleceram sobre a moral da guerra.

Vemos, portanto, que passando do sul para o norte todos os valores culturais se transformam e se tornam polarmente opostos. Em linhas gerais, podemos dizer que a África antiga se opõe à Europa nas concepções da vida doméstica, estatal, filosófica e moral (DIOP, 1990, p. 129).

²⁰ As influências recíprocas entre os dois berços de desenvolvimento da humanidade é outra dimensão da filosofia da História elaborada por Diop, a qual não poderá ser abordada neste artigo por falta de espaço. Ficará para outra ocasião.

A REPÚBLICA FEDERAL DA ÁFRICA NEGRA: O FIM DA HISTÓRIA?

De acordo com Leda Dantas, uma das características das filosofias da História é o seu aspecto teleológico, isto é, a ideia de que a História possui um sentido e caminha para um fim determinado. Para Hegel, o desenvolvimento da consciência chegaria ao seu zênite no Estado prussiano, que era, portanto, o fim último da História (DANTAS, 2016, s/d, p. 181). Para Marx, quando a exploração da classe operária pela burguesia atingisse o seu paroxismo, seria deflagrada uma revolução social e instaurado o comunismo: terminaria a luta de classes e a liberdade humana seria, enfim, realizada.

Dito isso, indagamos se é possível identificar na obra de Cheikh Anta Diop uma teleologia comparável as de Hegel e Marx. Afinal, Diop foi um apologista do fim da História?

De acordo com a teoria dos dois berços de desenvolvimento da humanidade, os povos setentrionais se viram impelidos pelas condições materiais de existência a buscar fora da sua região de origem os recursos necessários a sua sobrevivência. Essa necessidade atravessou a História e está na raiz dos movimentos expansionistas do continente europeu. Em suas repetidas evasões/invasões, eles se chocaram com os povos meridionais, situados em uma região do planeta rica em recursos vegetais, animais, minerais e energéticos. Em outras palavras, a História foi atravessada por um fluxo contínuo de invasões do Sul pelo Norte:

A Europa é uma região deserdada se comparada à África e ao hemisfério Sul de maneira geral. Por esse motivo, as invasões sempre ocorreram do norte em direção ao sul, onde se disputava com os africanos os recursos do seu país. Desde os Aqueus – Povos do Mar – até os dias de hoje, essas invasões permaneceram ininterruptas. O africano não é um conquistador, é apenas na defensiva que ele se revela um bom combatente por adaptação vital. Foi o caso de Tutmosis III, na XVIII dinastia egípcia, após a invasão dos Hicsos; da rainha Candace, que no dizer de Estrabão possuía uma coragem para além do seu sexo; foi o caso de todos os resistentes nacionais do período colonial, a exemplo de Samory, Lat-Dior, Béhanzin, Rabah, El Hadj Omar, Mahdi e tantos outros (DIOP, 1990, p. 129).

Ao longo de toda a História, a abundância dos recursos materiais do continente africano se constituiu como o principal motivo das repetidas incursões dos povos setentrionais. O imperialismo moderno não foi senão outra espécie do mesmo gênero. A independência africana permaneceria em risco. Em *Les fondements économiques et culturels d'un État fédéral d'Afrique Noire*, Diop propôs a criação de uma confederação de Estados

democráticos e independentes na África Negra como alternativa ao colonialismo, expressão moderna dos atritos Norte-Sul. Segundo ele, só uma organização estatal como essa poderia evitar a balcanização do continente africano e assegurar sua autodeterminação política e econômica. Sendo assim, a República Federal da África Negra era concebida como um mecanismo de defesa.

REFERÊNCIAS

Fontes

DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture. De l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels d'Afrique Noire d'aujourd'hui*. Paris: Présence Africaine, 1999.

DIOP, Cheikh Anta. *L'unité culturelle de l'Afrique Noire: Domaines du patriarcat e du matriarcat dans l'Antiquité Classique*. Paris: Présence Africaine, 1982.

DIOP, Cheikh Anta. *L'Afrique noire précoloniale. Étude comparée des sistèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique Noire, de l'Antiquité à la formation des États modernes*. Paris : Présence Africaine, 1987.

DIOP, Cheikh Anta. *Les fondements économiques et culturels d'un État fédéral d'Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1974.

DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations nègres – Mythe ou verité historique ?* Présence Africaine, 1993.

DIOP, Cheikh Anta. *L'Antiquité africaine par l'image*. Paris: Présence Africaine, 1998.

DIOP, Cheikh Anta. *Alerte sous les Tropiques. Articles 1946-1960. Culture et développement en Afrique noire*. Paris : Présence Africaine, 1990.

DIOP, Cheikh Anta. L'avenir industriel de l'Afrique, un problème technique et politique. In: *Presse: Fraternité Matin*, lundi 5 octobre 1981.

DIOP, Cheikh Anta. Apport de l'Afrique à la civilisation universelle. in: *Présence africaine*, Paris, 1987, pp. 41-71.

DIOP, Cheikh Anta. Introduction à l'étude des migrations en Afrique centrale et occidentale. Identification du berceau nilotique du peuple sénégalais. in: *Bulletin de l'IFAN*, série B, Tome XXXV, n° 4, 1973, pp. 769-792.

DIOP, Cheikh Anta. L'apparition de l'homo sapiens. In: *Bulletin de l'IFAN*, tome XXXII, série B, n° 3, 1970.

DIOP, Cheikh Anta. "L'unité d'origine de l'espèce humaine" in: Athènes, 30 mars - 31 avril 1981, in: *Racisme, science et pseudo-science*, Collection Actuel - UNESCO, 1982, pp. 137-141.

DIOP, Cheikh Anta. "Perspectives de la recherche scientifique en Afrique". *9e Biennale de la A.S.O.A.*, Abidjan (Côte d'Ivoire), 27 mars-1er avril 1974 in: *Notes Africaines*, n° 144, octobre 1974, pp. 85-88. Thème des débats: "un nouveau modèle politique scientifique en Afrique de l'Ouest".

DIOP, Cheikh Anta. “Philosophie, sciences et religion - Les crises majeures de la philosophie contemporaine” in: *Revue sénégalaise de Philosophie*, nº5-6, janvier-décembre 1984, pp. 179-199.

DIOP, Cheikh Anta. “Origem dos antigos egípcios” in: *História Geral da África, vol. II*. Brasília: UNESCO, 2010.

Bibliografia

ASANTE, Molefi Kete. “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar” in: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAKOS, Margaret Marchiori. “Egiptomania. Fragmentos do mundo antigo no Brasil”. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

BARROS, José d’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BARROS, José d’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BARROS, José D’Assunção. “As influências da arte africana na arte moderna” in *Afro-Ásia*, 44 (2011), 37-95.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Tradução: Angela Melim. Rio de Janeiro: SEPHIS/CEAA, 2000.

BOAHEN, Albert Adu. “A África diante do desafio colonial” in: *História Geral da África. Vol. VII*. Brasília: UNESCO, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “O faraó Akhenaton e nossos contemporâneos”. Disponível no site <http://www.pucrs.br/ffch/historia/egiptomania/farao.pdf> (acesso: 14/10/2016).

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

CÉSAIRE, Aimé. “Culture et colonisation” in : *Liberté*, vol. 5, nº 1, (25) 1963, pp. 15-35.

CURTIN, P. D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral” in: *História Geral da África*, vol. I. Brasília: UNESCO, 2010.

DANTAS, Leda. “Pós-Modernidade e Filosofia da História” in: *Spectrum*, s/1, s/d. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium29/25.pdf>> Acesso: 10/06/2016.

DIAGNE, Pathé. “História e linguística” in: *História Geral da África*, vol. I. Brasília: UNESCO, 2010.

- DOBERSTEIN, Arnaldo W. *O Egito antigo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- FAGE, J. D. “A evolução da historiografia da África” in: *História Geral da África, vol. I*. Brasília: UNESCO, 2010.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FARIAS, P. F. de Moraes. “Afrocentrismo. Entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural” In: *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), pp. 317-343.
- FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier. « Cheikh Anta Diop, l’Égypte et l’identité africaine » Disponível em http://www.academia.edu/3665991/Cheikh_Anta_Diop_lEgypte_et_lidentit%C3%A9_africaine (Acesso: janeiro de 2014).
- FINCH III, Charles S. “Cheikh Anta Diop confirmado” in: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- FOGOU, Anatole. “Histoire, conscience historique et devenir de l’Afrique: revisiter l’historiographie diopienne” in: FMSH-WP-2014-60. 2013.
- FROBENIUS, Leo. *A gênese africana: contos, ledas e mitos da África*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- HAMENOO, Michael. “A África na ordem mundial” in *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. “A itinerância das ideias e o pensamento social africano” in: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 195-225, dez. 2014.
- HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos” in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 149-160.
- JULIÃO, José Nicolao. “Ensaio de introdução à filosofia da História” in: *Veritas*, v. 55, n. 3, set./dez. 2010: 236-250.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África? Entrevista com René Holenstein*. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro, Pallas, 2006.
- KI-ZERBO, Joseph. “Introdução geral” in: *História Geral da África: metodologia e pré-história*. Brasília: UNESCO, 2010.
- KODJO, Edem e CHANAIWA, David. “Pan-africanismo e a libertação da África” in: *História Geral da África. Vol. VIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

MOORE, Carlos. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. “Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira”. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin “Introdução às antigas civilizações africanas” in: *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OBENGA, Théophile. *Le sens de la lutte contre l’africanisme eurocentriste*. Paris: Khepera, 2001.

OLIVA, Anderson Ribeiro. “A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática”. In: *Estudos afro-asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 421-461.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. “Léopold Sedar Senghor e a negritude” In: *Afro-Ásia*, 25-26 (2001), pp. 409-419.

RALSTON e MOURÃO. “A África e o Novo Mundo” in: *História Geral da África. Vol. VII*. Brasília: UNESCO, 2010.

SALL, Babacar. «Histoire et conscience historique : de la philosophie de l’histoire dans l’oeuvre de Cheikh Anta Diop» in : *Présence Africaine*, 1989/1 (nº 149-150).

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SAUNERON, Serge. *A egiptologia*. São Paulo: DIFEL, 1970.

SEMUJANGA, Josias. « Le rôle des revues littéraires et des maisons d’édition dans la spécification de la (des) littérature(s) de l’Afrique subsaharienne francophone » In : *Études littéraires*, vol. 24, nº 2, 1991, pp. 99-112.

SENGHOR, Léopold Sédar. *Um caminho do socialismo*. Tradução: Vicente Barreto. Rio de Janeiro: Record, 1965.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. “A África ocidental” in: *História Geral da África. Vol. VIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

TINE, Antoine. “Léopold Senghor et Cheikh Anta Diop face au panafricanisme: deux intellectuels, même combat mais conflit des idéologies?” in: *Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain. Perspective historique*, pp. 129-157. Dakar: CODESRIA, 2005.